

ARTIGO

FLORESTAN E A "TRANSIÇÃO TRANSADA" DA REFORMA
PARTIDÁRIA AO COLEGIO ELEITORAL¹

Resumo

O presente artigo expõe aspectos da análise de Florestan Fernandes sobre o processo geralmente denominado de “abertura democrática”. Dentre os vários momentos e elementos que conformam tal processo destacaremos o que o autor chamou de “manipulação dos partidos”, passando pela campanha das Diretas-já e o seu desdobramento na “Transição transada”. Desta forma, demonstramos como a forma “lenta, gradual e segura” desta abertura propiciou a institucionalização da ditadura militar deflagrando alguns dos mecanismos de adaptação que reformularam a composição formal do governo, porém, mantendo os aspectos estruturais da autocracia-burguesa.

Palavras-Chave:

Abertura democrática; Florestan Fernandes; Autocracia burguesa.

Abstract

This article exposes the aspects of Florestan Fernandes analysis about the process usually called “democratic opening”. Among many moments and elements that constitute that process, will be emphasized which one was called by the author “manipulation of the parties”, that had occurred in the “Diretas-Já” campaign and also in its deployment in the “Transacted Transition”. Thus, will be demonstrated how the “slow, gradual and safe” way of this opening enabled the institutionalization of the military dictatorship. This institutionalization had started with the analysis of adaptation mechanisms that reformulated the formal composition of the government, but also kept the structural aspects of the bourgeoisie autocracy.

Keywords

Democratic opening; Florestan Fernandes; bourgeoisie autocracy.

1 Este texto foi extraído de nossa dissertação de mestrado, *Florestan Fernandes: a autocracia burguesa como estrutura histórica e a institucionalização da contrarrevolução no Brasil*.

* Professor do Curso de Ciências Sociais da UFRR. Doutorando em Desenvolvimento Econômico na UNICAMP. E-mail: rpch.rodrigo@gmail.com

Introdução

Ao final do mandato de Geisel, entra em cena o general que colocaria a “abertura em prática”: João Figueiredo. Tal período, de troca de guardas, expressa, para Florestan Fernandes, “uma fase de fratura aguda do bloco histórico que comanda a contrarrevolução e sustenta a continuidade da ditadura”. Os militares haviam engendrado e enfrentavam uma “instabilidade política que poderia vir à tona de suas profundezas”. (FERNANDES, 1982, p. 68.)

Figueiredo lançou mãos de uma liberalização outorgada através de uma reforma de partidos tutelada, deixando um campo restrito e demarcado para o crescimento da oposição. A questão em pauta era: como conseguir maioria no Colégio Eleitoral que se abriria para um poder civil?

Objetivo estratégico da contrarrevolução, mais do que a fragmentação do MDB ou a pulverização da oposição em geral, foi a criação de um partido alternativo da situação, desconcentrando gradualmente o bloco militar e transferindo as tarefas “sujas” para o polo civil.

O novo governo, ao dissolver a ARENA e o MDB através da promulgação da Lei orgânica dos partidos, de 20 de dezembro de 1979, tira de foco as questões econômicas, que finalmente haviam sido levantadas pelo movimento grevista de 1978 a 1980, pautando o debate sobre os novos arranjos políticos – aliás, temática diletta de vários grupos e atores da esquerda ao longo da ditadura. Como forma de institucionalizar e prolongar indefinidamente a ditadura de classe, o general Figueiredo toma a “transformação democrática da sociedade” como sua palavra de ordem.

Para analisar o processo político de então, Florestan busca subsídios na particularidade histórica das “sociedades capitalistas de origem colonial, que não se autonomizaram com referência às antigas ou novas metrópoles”, o que impõem algumas exigências especiais para a análise. (*Ib.*, 1982, p. 68.)

Assim, para o autor, é necessário não perder os elos com o passado, mas, principalmente, “nunca se deve perder de vista que é no presente que se encontram as determinações essenciais, que regulam a reprodução das estruturas e a profundidade, a rapidez e a amplitude das transformações históricas em processo”. (*Ibid.*, p. 42.) Ou seja, o passado não se repete pura e simplesmente, mesmo assim, recuar no tempo é vital para qualquer análise sobre os partidos políticos no Brasil.

Desdobramento histórico dos partidos políticos no Brasil

No caso brasileiro, devido a particularidade de seu desdobramento histórico, “prevalecia um contexto psicossocial crônico de dominação política ultradespótica” que faz com que a presença do partido fosse dispensada como mediador da luta pelo poder entre privilegiados e espoliados.

O que fica claro – e que as elites das classes possuidoras e dominantes procuram salvar do “caos” das mudanças – é que a monopolização do poder (de todas as formas de poder e, no caso, do poder especificamente político) se decide em um patamar pré-político. Os partidos apenas contam como agência de fruição, distribuição e centralização do poder entre facções dos estratos sociais privilegiados e “dirigentes”. (*Ibid*, p. 43)

A distribuição do poder é realizada, originalmente, de forma autocrática e apenas com o desenvolvimento do capitalismo competitivo no país veremos os partidos sofrerem um desnivelamento social. Mas, ainda assim, manteve-se “invulnerável o monopólio do poder das classes altas, na realidade posto fora e acima dos processos eleitorais e da competição política”. (*Ibid*, p. 44)

Retomando como referência a ideia do “pacto populista”, Florestan observa que o populismo, longe de destruir o clientelismo do período anterior, se revitaliza e moderniza, conferindo à patronagem uma maior importância histórica. No entanto, o quadro populista estabelece uma contradição que abre possibilidades de os partidos passarem a participar “no rateio do poder fora dos estreitos limites históricos anteriores”. (*Ibidem*)

Apesar dos movimentos sociais aparecerem manietados à demagogia populista, na leitura de Florestan, serão justamente as massas populares que possibilitarão o surgimento da “primeira alteração essencial nas relações dos partidos com a sociedade global”. (*Ibidem*)

Não que os movimentos sociais tenham ganhado representação política significativa por eles próprios, mas devido ao fato de que alguns estratos das classes dominantes e das classes médias tentarem avançar na busca de apoio nas massas populares e nas classes assalariadas, o que “como movimento político [...] transcendia aos limites das bandeiras burguesas anteriores”. (*Ibidem*) Contudo, este processo evidencia o quanto o cosmos burguês era demasiado tosco para conter e alimentar positivamente o avanço junto aos movimentos sociais. Por outro lado, os próprios movimentos sociais eram débeis demais para sustentar sozinhos a radicalização do populismo – ou seja, a traição de classe por parte dos “demagogos” que se viram assim emparedados (ex.: Vargas e Goulart).

As pressões das massas populares e a instabilidade que se instaurava, fez com que os partidos fossem “lançados nesse jogo e engolfados pela fogueira que ardia na sociedade civil”, configurando “uma situação histórica de duas vertentes, uma revolucionária e outra contrarrevolucionária”, e como resultado tivemos uma *variante forte* da república autocrática burguesa. (*Ibid*, p. 46)

A ditadura se instaura como uma tentativa de vergar o arco histórico *para trás* e, ao mesmo tempo, como “pré-requisito político da aceleração do desenvolvimento capitalista e da incorporação do Brasil ao espaço econômico, cultural e político das nações capitalistas centrais e de sua superpotência”. (*Ibidem*) Por isso, é contrarrevolucionária, na medida em que interrompe a modernidade que vinha “dos de baixo”, na direção de uma revolução dentro da ordem, e instaura uma modernização controlada de cima e a partir de fora com mão de ferro.

Com este processo, temos uma perda relevante na socialização política dos partidos – socialização que vinha ocorrendo aos poucos e debilmente – assim, retrocede-se: “os partidos oscilam de novo como meio do rateio nacional do poder”. Ainda que se tenha tentado simular a competição democrática na ditadura, o que ocorre na prática é “o mais completo monolitismo de classe no controle pela violência institucionalizada da sociedade civil e da sociedade política”. (*Ibidem*)

O regime de partidos composto pelo “partido oficial” e um “partido simulacro”, a contra gosto, acabou por ganhar realidade histórica que passou a partir de um dado momento a pressionar a ditadura. (*Ibid.*, p. 48)

O projeto de institucionalização integral da ditadura não foi atingido e, frente a esta derrota parcial, são necessários outros meios de prolongamento do sistema. Batida pela história, a ditadura teve que encetar por seus próprios meios “o processo de transição, abastardando-o, contendo-o e desviando-o da natureza e da forma que ele deveria ter se a democracia de participação ampliada se instaurasse por um movimento espontâneo no seio da sociedade civil”. (*Ibidem*)

Na realidade, não se trata de um movimento da própria ditadura em si e por si mesma. Florestan utiliza o conceito “bloco histórico”, de Gramsci, demonstrando que o que estava em processo de reconfiguração era a união entre as forças sociais que impuseram a contrarrevolução e a sua vanguarda militar, cujo objetivo era: “em primeiro lugar [lutar] pela recomposição do bloco histórico constituído entre 1962-1964 e 1968-1969 e pela continuidade da ditadura por outro meios (mudança que se impõe para que o monopólio de classe do poder político estatal permaneça intocado)”. (*Ibidem*)

Naquele contexto a questão dos partidos se tornaram uma luta por fórmulas para ganhar tempo e impor soluções casuístas com o objetivo de divorciar “os partidos emergentes da forma, dos conteúdos e das funções que eles deveriam adquirir para corresponderem às exigências políticas das classes subalternas e dos setores dissidentes das classes possuidoras” e, assim, garantir, ao menos, um “arbítrio relativo” – “mas ainda assim renitente e intolerante, cego diante da realidade existente e do vir a ser histórico”. (*Ibid.*, p. 49)

Ainda estava em aberto qual seria a evolução dos partidos nascidos das classes trabalhadoras nas nações capitalistas neocoloniais ou dependentes na periferia; mas o que parecia “líquido e certo”, para o autor, é que o amadurecimento do regime de classes trazia à cena histórica um novo tipo de partido que se tornaria uma instituição-chave na distribuição, concentração e centralização do poder real.

Salgando o terreno

A adoção do regime artificial de dois partidos tutelados pela ditadura militar visava atender uma dupla demanda: por um lado, manter e fortalecer a articulação política das forças sociais heterogêneas que haviam preparado e liderado o golpe e, por outro, gerar um simulacro formal, de que o país era uma república democrática para as nações capitalistas avançadas que precisavam desta simulação para articular seu apoio nos circuitos políticos internos. Longe de almejavam qualquer projeto político democrático como finalidade última do regime, o que prevalecia era a visão “pragmática de que uma ‘ditadura técnica’ constitui, por si mesma, uma ‘defesa da democracia contra o comunismo’” (*Ibid.*, p. 62) – a difusão de um suposto ideal de restaurar a democracia continha uma mistificação e servia de propaganda.

A mistificação que se buscou com o sistema bipartidário sucumbiu devido à tentativa de combinar repressão e opressão sistemáticas com consenso, este último elemento não podia ser esvaziado e comprimido à vontade. Tal situação leva a oposição consentida a “ganhar corpo e elasticidade e, presumivelmente, ultrapassar as regras de um jogo marcado (ou de um jogo sujo)”; o MDB se redefine no campo eleitoral, fugindo ao “cálculo político inicial da ditadura e adquirindo uma *voz política* que soava ao renascimento do confronto”. (*Ibidem*)

As forças sociais que engendraram a ditadura se encontram em meio a um impasse criado por elas mesmas; e, para saírem desta situação, desenvolveram “as manipulações tanto da ‘democracia relativa’ como da ‘abertura democrática’” – ambas compondo uma estratégia política mais ampla, na qual, de um golpe, livram-se “da

inviabilidade do ‘sistema’ artificial de dois partidos e do ônus que ele acarretava, em termos de desgaste do próprio regime ditatorial e de perda de credibilidade de seus governos”. (*Ibidem*)

Buscou, desta forma, possibilidades menos inibidoras do que a ARENA para a arregimentação de apoio popular, aproximando-se nitidamente de dois partidos que naquele momento estavam sob a sigla PP e PDS – contendo o primeiro “a parte mais dócil dos políticos profissionais” e o segundo concentrando “a maior parte da ‘massa reacionária’ da burguesia”.

Por seu turno, o MDB que vinha gradualmente passando de uma oposição consentida para uma oposição real, caminhando mesmo para a desobediência civil, teve de ser fragmentado para que toda a desobediência civil não se concentrasse sob uma única alternativa de oposição válida. Impondo decisões políticas fundamentais, a ditadura lançou os “partidos de massa emergentes”, como o PT e PDT, “a uma dura luta pela existência e pela sobrevivência”; além de deter os “antigos partidos populares e operários, como o PS e o PCB, fora do ‘quadro partidário legal’”. Realizou-se, desta forma, um novo esmagamento da vanguarda operária e sindical, pois as “classes subalternas viram tolhidos os caminhos que permitiriam utilizar suas entidades de classe ou explorar construtivamente suas ideologias políticas na formação de partidos próprios, sem constrangimentos de identidade política de classe”. (*Ibid.*, p. 66)

Diferente da ARENA, “e dadas as circunstâncias, na mutação em PMDB o MDB ganhou mais do que perdeu, malgrado as aparências em contrário”. (*Ibidem*) Foi o único partido de oposição real que contou com uma enorme e comprovada máquina em funcionamento.

Em resumo, a Ditadura militar “salgou o terreno *antes* de alçar seu voo pelas rotas de transição que escolheu”. (*Ibidem*)

Para compreender a racionalidade burguesa nos países periféricos, é necessário lembrarmos que “as burguesias nacionais da periferia *fabricam* o seu destino histórico e o destino histórico de seus países”; além disso, elementos como a dominação imperialista, o subdesenvolvimento, o capitalismo desigual, entre outros, “fazem parte do seu estilo de ser burgueses e da sua arte econômica de converter as fortes desvantagens coletivas em bênçãos de minorias ultraprivilegiadas”. (*Ibidem*)

Esta burguesia nacional tem como característica ser uma *burguesia predatória* – em oposição à chamada *burguesia conquistadora* –, uma vez que “sua via concreta de uso racional da razão política” se dá sob uma “guerra cruel e permanente contra toda e qualquer autonomia relativa das classes despossuídas, subalternas e trabalhadoras”. O ponto central desta lógica de atuação se origina em uma transformação capita-

lista na qual, “burguesias nativas e burguesias centrais se fundem, transferindo da dominação de classe para o Estado (ou seja, para a dominação de classe através do Estado) o caráter de sustentáculo número um da existência, da continuidade e do desenvolvimento do capitalismo”. (*Ibid.*, p. 70)

Neste ambiente, toda vez em que houve uma tentativa de “irrupção dos pobres e oprimidos no circuito da transformação capitalista”, estes foram ignorados, reprimidos e aviltados. Apenas após a queda do Estado Novo, houve uma verdadeira eclosão das massas na arena política, que provocou uma prolongada instabilidade, levando ao golpe de 1964. Os grupos que lutaram a favor das classes trabalhadoras foram “brutalmente reprimidos, adulterados ou expostos a uma clandestinidade permanente”. (*Ibidem*)

O futuro da democracia brasileira não dependia da “abertura democrática” propagada pelo regime, mas sim, de uma organização política independente das classes trabalhadoras, da constituição de partidos próprios, que não fossem caudatários e instrumentais dos partidos burgueses – afastar “o trabalhismo, o socialismo ou o comunismo quer do papel de ‘massa de manobra’, quer da gravitação incessante em torno dos interesses estáticos da ordem burguesa”. (*Ibidem*)

Sendo assim, tais partidos deveriam chegar a um amadurecimento político suficiente para a constituição de partidos de classes e não partidos de massas que sucumbissem à mistificação de se tornar um partido de toda a sociedade, buscando, abstratamente, a “mobilização política”, a “participação da cultura cívica” e o “pluralismo democrático”. (*Ibid.*, pp. 72-73)

Para pulverizar o Estado autocrático burguês, o avanço da classe trabalhadora deveria ser firme, sem provocações, delírios e sem voltar a uma pseudopolítica de alianças.

A burguesia deveria ter sua primeira grande derrota “no plano político e [deveria] consistir no esfarelamento de qualquer forma de manifestação da ditadura de classe”, de forma que os partidos da classe trabalhadora devem aproveitar o máximo as possibilidades de crescimento do partido, ao mesmo tempo em que organiza uma outra frente clandestina para “não se sujeitar aos riscos da identificação do plano político com o plano eleitoral e da mistificação da ‘democracia’ como panacéia universal”. (*Ibid.*, p. 77)

Assim, os partidos não deveriam nascer como partidos da ordem, mas sim subverter a ordem a partir dos “padrões proletários de democracia econômica, social, cultural e política”; e, para isso, se faz necessária uma vinculação socialista que não se renda as alianças burguesas, uma vez que “as classes burguesas são o *inimigo natural*

e *principal* das classes trabalhadoras” e é através da luta “contra elas de modo intransigente, mas metódico, e calculado” que os trabalhadores poderiam organizar-se e adquirir presença política. (*Ibid.*, pp. 84-85)

A compreensão do potencial de luta é essencial para que os partidos compo-
nham seus programas de forma que eles correspondam “à capacidade de pressão
organizada dos setores mais avançados das classes trabalhadoras”. (*Ibid.*, p. 85)

Todas estas postulações nascem da compreensão do autor de que a contrar-
revolução havia iniciado sua rotação de declínio final e abriam-se, no momento,
oportunidades políticas que não se encontravam no passado; e “por mais que a
ingenuidade, a inexperiência política e a timidez os levem a evitar (provisoriamente)
a *polarização ideológica* e a *cruzada classista*, é da natureza das coisas que, para alcançar
seus objetivos e obter o apoio das massas operárias, terão de definir-se nas duas
direções”. (*Ibid.*, p. 87)

As eleições de 1982

No início dos anos 80, Florestan assistirá a reorganização dos partidos sob o
controle do governo militar; não se engajará na criação de nenhum partido e parece
manter-se bastante cético quanto aos partidos de esquerda que aparecem, como o
PT, partido ao qual ele só passará a integrar a partir de 1986.

Em um dos poucos registros teóricos que encontramos do autor no ano de
1982, seu manuscrito *O significado das eleições*, lemos:

- 1) em termos de programações logística político-militar = vitória do governo. Estes conse-
guiram a sua meta = a ditadura fez o país engolir a transição gradual e a sua rota na direção
da “universalidade constitucional” (o texto constituinte Frankenstein!) e da “democracia
que desejam”. (FERNANDES, 1982b, manuscrito)

No balanço que Florestan realiza, a vitória eleitoral alcançada pela ditadura sig-
nificou na verdade uma derrota política, na medida em que, para alcançá-la, o “sis-
tema” teve de alterar sua tática, pois o PP e o programa partidário sofreram uma re-
formulação na busca de um equilíbrio pelo centro dos principais grupos estratégicos.
A manobra realizada acabou por alienar da “ditadura uma parte sólida e poderosa de
sua base social e criou o risco agora real de infundir ao PMDB uma estrutura defini-
tiva de partido de centro, como *partido da ordem*”. (*Ibidem*, grifos do autor)

O processo eleitoral foi convertido, na análise do sociólogo, em um fim em si
mesmo; não conseguiu desencadear um amplo processo de socialização política e
causou, por outro lado, “um impacto retroativo em setores mais avançados *em termos
de posição de luta política*, das classes trabalhadoras”. (*Ibidem*, grifos do autor)

Em relação aos partidos, Florestan aponta que “o PMDB ganha como partido de compromisso de classe, da democracia gradual e do congelamento do radicalismo”; mas dada a configuração de acirramento de luta de classes em relação com o mau andamento da economia, era de se esperar que “o que as eleições não fizeram, os processos políticos reais terão de fazer = e provavelmente, irão fazê-lo de modo relativamente rápido. *O povo, que não foi esclarecido = cobrará a conta = não da ditadura, mas da oposição*”. (*Ibidem*, grifos do autor)

Em relação ao PT Florestan avalia que, ao contrário das análises correntes, o PT, sim, sai com vantagens líquidas:

só que não está em face do “radicalismo ideológico”, mas de como fomentar a independência de classe, a consciência teórica dos trabalhadores e suas lutas sociais e políticas = ceder ao impulso eleitoral e aceitar *suas tarefas políticas* = que são as tarefas do proletariado. Ou converter-se em equivalente do antigo PTB. (*Ibidem*, grifos do autor)

Trata-se, provavelmente, de uma das primeiras análises em que Florestan se refere diretamente às possibilidades do PT e já expressa uma posição de que o partido deveria cumprir as funções de um partido socialista. No entanto, o mais importante a ressaltar é que o Partido dos Trabalhadores aparece como única possibilidade para a esquerda – ainda que não passe de uma possibilidade –, pois a avaliação que o autor realiza sobre o PDT e o novo PTB é aniquiladora:

O PDT firmou-se em suas posições e ganha massa de manobra política = mas seu socialismo serve a cabeça do proletariado em uma salva de prata no altar do capitalismo reformado e da *democracia civilizada*. O PTB é água, a fisiologia sem máscara = sumiu até a demagogia populista. O que ficou = o puro tráfico de influência política *valida*. (*Ibidem*)

A frase com a qual finaliza o manuscrito não deixa lugar à dúvida da posição que Florestan visualiza como a mais acertada: “FUTURO = mais do que se pensa, na estratégia do socialismo revolucionário como alternativa. Não surgiu OUTRA!” (*Ibidem*)

Retomando a contextualização do momento, na entrevista para *Em Tempo*, Florestan ressalta que houve, de fato, ao final do processo de manipulação dos partidos, um processo no qual “o poder real das classes possuidoras foi, apesar das aparências, reduzido e relativizado. Embora por vias canhestras, soltou-se e cresceu um espaço comum a todas as classes, dentro da ordem burguesa e através dele desprendem-se certas tendências à universalização da cidadania e da justiça social”. (FERNANDES, 1982c, s/p)

Esta leitura de Florestan é importante, pois indica que suas análises estavam acompanhando o andamento do processo histórico. Diferente do que possa ter sido afirmado sobre a visão dogmática do autor em relação à abertura, em vários mo-

mentos, Florestan aponta para possibilidades de mudanças, ainda que no momento seguinte venha a ter grandes decepções.

A situação que o Brasil vivia em 1982 era, para o autor, a típica situação de transição da sociedade de classe, “quando uma massa maior de trabalhadores por condições sociais, materiais e políticas conseguem enfrentar a supremacia burguesa em alguns níveis e forçam o seu espaço político próprio para deixar de ser uma mera cauda eleitoral da burguesia”. (*Ibidem*)

Em contraposição, as classes dominantes tentam alargar suas bases políticas e criar instituições fortes; o que, na América Latina, leva a uma difícil tarefa que até então não tinha sido realizada pelas ditaduras militares. As classes dominantes, do Brasil em particular, estavam com dificuldades em rearticular um novo equilíbrio com os militares. (*Ibidem*)

O impasse no qual as classes dominantes acabaram chegando criava um clima altamente esperançoso no sentido de uma democratização efetiva, pois as várias posições divergentes abriam campo para um avanço das classes trabalhadoras. Mas, sempre buscando manter o realismo, Florestan ressalva: “o mal das esperanças é que elas, por si mesmas, não movem a história”. (*Ibidem*)

O sociólogo finaliza a entrevista apontando a necessidade da criação de partidos políticos próprios das classes trabalhadoras, no intuito de desenvolver sua autonomia de classe e formar vanguardas operárias políticas com capacidade de liderança. No entanto, era necessário evitar a todo custo que se perdesse a autonomia dos movimentos operários e sindicais em troca das utópicas “colaboração de classe” e democracia “de cima para baixo”.

Ou seja, estes partidos das classes trabalhadoras não poderiam nascer e crescer como partidos da ordem e, para isso, deveriam vincular-se ao socialismo proletário e à luta de classes que existiam no momento: “sem conteúdos socialistas nítidos e firmes, os partidos operários oscilariam facilmente para a submissão dócil, o aburguesamento das lideranças e a consolidação política como recurso de sobrevivência, deixando as classes trabalhadoras entregues a si próprias e sem bússola política”. (*Ibidem*)

Para o autor, tratava-se do declínio final da contrarrevolução; mas para garantir uma mudança efetiva em nível estrutural, era necessário que os movimentos sociais se tornassem dinâmicos o suficiente para cumprir uma função positiva neste processo.

As Diretas-já!

No primeiro artigo em que trata do tema – *Significado político das eleições diretas* – o autor fala da importância de qualquer movimento de massa naquele momento, mas aponta com certa desconfiança para o fato de setores vinculados à ditadura participarem do movimento pelas Diretas. Setores estes com interesses que condicionavam as suas posições na luta política, sendo “nesse nível que o apoio às eleições diretas é mais ambíguo e a tentativa da ‘transição por dentro do regime’ ou mediante uma ‘conciliação segura’ se mostra mais forte”. (FERNANDES, 1986, p. 202)

Com a mesma precaução, acautela: “As eleições diretas não são uma poção mágica”. Contudo, apresenta uma eficácia imediata ao fomentar o fim da ditadura e abrir novos caminhos na construção de uma nova sociedade política. (*Ibid.*, p. 195) Era visível, para o autor, que parte da burguesia se mobilizava de forma “politiqueira”,¹ armando um engodo que levaria à despolitização das massas populares para que eles pudessem agir conciliatoriamente através da democracia “dos mais iguais”. Assim, às vésperas do debate das eleições diretas, Florestan alertava que boa parte da burguesia se mobilizava para compor o que chamou de uma “transição política barata”, ou seja, “uma substituição gradual sem traumas ou o menos traumática possível do regime existente” através da típica conciliação que deglute as mudanças sociais profundas. (*Ibid.*, p. 207)

Tal preocupação já vinha sendo alimentada desde as Greves do ABC e principalmente no momento imediatamente posterior: a ditadura tentava gerar um “oposto idêntico”, através de sua institucionalização como governo civil, criando uma democracia saída de sua própria costela. (*Ib.*, 1982, p. 8)

Assim, “na verdade, a ‘política de abertura’ *cede para não dar* e o que ela oferece de palpável, de imediato e no futuro, nada tem de comum com o regime democrático exigido pelas transformações em processo da sociedade civil”. (*Ibid.*, p. 35)

Ao final do processo, Florestan passa a considerar o momento das Diretas como um marco autêntico da sociedade civil e que acaba por demonstrar, através do veto parlamentar, os limites da abertura: o quanto os militares não cediam aos menores riscos e o fato de que não estavam tão debilitados assim.

A sociedade civil de fato estava crescendo e se movimentando no sentido de resolver “as questões pendentes”, mas, para Florestan, este crescimento seria insuficiente para incorporar a massa de milhões de oprimidos e explorados ao processo.

1 A princípio Florestan utiliza os termos “politiqueiro” e “politique” para referir-se a política profissional de gabinete, que visa acordos pelo alto, o equivalente a “pequena política”. Mais a frente o autor passa a usar o termo “politicismo” com o mesmo sentido, como podemos verificar em: *O politicismo burguês* (1986). In: *Ib.*, 1989, pp. 16-19.

Além disso, havia setores da esquerda ao centro que aceitavam uma liberalização outorgada e, somando as posições, “se a sociedade civil não for movida pelas dissensões, aspirações e conflitos das massas de oprimidos e deserdados, ela tenderá a recompor-se e a renovar-se ‘a partir de cima’, sob a ritualização do Estado constitucional e da república democrática”. (*Ib.* 1982, pp. 3-4)

Florestan compreende que “a sociedade civil existente no Brasil incorpora morfológicamente milhões de miseráveis da terra, de trabalhadores assalariados livres e semilivres. Porém, ao mesmo tempo, castra-os socialmente”. (*Ib.*, 1989, p. 31) Estas pessoas, apesar de serem parte da sociedade civil morfológicamente, não possuem voz ativa dentro desta, e possuem uma oposição sistemática das classes dominantes, de forma a reduzir o máximo a participação efetiva deste imenso contingente.

Frente a este quadro, o autor entende como parte necessária de uma efetiva democratização a construção de uma “sociedade civil transitória”, que seria a construção de uma “democracia ampliada”; em outras palavras, a efetivação de uma “revolução dentro da ordem” como passo inicial. Cabe aos trabalhadores, aos “que sempre foram tratados como ‘inimigos da ordem’ e sempre foram excluídos da sociedade civil”, adotarem como saída a construção de “uma ordem social própria e uma sociedade civil transitória, que ligue a revolução nacional-democrática e antiimperialista à emergência e à vitória do socialismo”. (*Ib.*, 1987, p. 113)

Sendo assim, a democracia ampliada para Florestan era vista como passo necessário, mas não um fim; por isso trata-se de uma “sociedade civil transitória”. As possibilidades do país caminhar naquele momento para uma democracia ampliada apoiavam-se no fato dos “oprimidos [erguerem] os punhos porque não tinham voz na sociedade civil e não possuíam peso em um Estado que os excluía, os odiava e os martirizava”. (*Ibidem*)

As Diretas passaram a serem vistas pelo autor como um reflexo do processo no qual os oprimidos “saíram sozinhos do fundo do poço e quebraram todas as barreiras que o despotismo dentro da empresa, dentro da comunidade local, dentro da sociedade civil e dentro do Estado levantava à sua insurreição muda”. (*Ib.*, 1986, p. 79)

Sociedade civil não civilizada

Florestan aponta que a cidadania desenvolvida sob um capitalismo em sua formação clássica, possibilitou o “aparecimento dos operários que haviam sido mestres; e, mais tarde, tornaram-se técnicos, operários qualificados (além de comerciantes e capitalistas), o que elevou o nível de exigência e de consciência do trabalhador”. Será através da movimentação de uma burguesia que “busca realizar-se, num curto

período de tempo, passando de classe revolucionária para classe dominante e de classe dominante para classe reacionária”, que se dará a “cristalização de um poder popular, da cidadania como uma forma de afirmação de pessoas que a revolução burguesa renegou” e, desta forma, fazendo com que a cidadania “fosse conquistada pela pressão da própria camada social excluída”. (*Ib.*, 1994, p. 184)

Assim, nestes países “onde a revolução burguesa se aprofundou e se alargou, isto foi produto das pressões dos despossuídos”, da ação das classes trabalhadoras; frente a isso, a burguesia precisou consentir “em que a revolução democrática constituísse um processo histórico multipolarizado ou pluripolarizado”, implantando uma democracia que é ampla devido a participação popular. Esta participação, por sua vez, foi tolerada pela burguesia para conter a radicalidade das ações populares. (*Ibidem*)

Contudo, “nos países em que as classes dominantes foram rígidas demais, a maré montante transbordou e apressou o colapso da ordem existente, apenas parcialmente uma sociedade civil em sentido estrito” e dentre estes países de classe dominante rígida, encontra-se o Brasil, onde a burguesia nacional não precisou recorrer aos trabalhadores como forma de efetivar, ou levar à frente, uma “modernização” nacional. Esta debilidade da burguesia nacional só poderia ser superada pelas massas populares e as vanguardas das classes trabalhadoras. (*Ib.*, 1982, p. 4)

Esta ampla camada deve reivindicar seu espaço na sociedade civil, deve agir ativamente reivindicando um projeto nacional voltado para a satisfação de suas necessidades, fazendo com que a burguesia se veja obrigada a conceder parte de seu poder de ação.

É importante notarmos que, ao diferenciar o processo histórico que compõe a sociedade civil no caso clássico e no caso brasileiro, Florestan não faz mais do que afirmar, por outro ângulo, o problema da autocracia burguesa como estrutura histórica no Brasil.

Em resumo, a posição de Florestan é a de que, estruturalmente, o fluxo do poder no Brasil é descendente, na medida em que a estrutura histórica da autocracia burguesa concentra o poder no “topo” por vias extras econômicas – inclusive a policial-militar –; assim, retira ao máximo a autonomia da sociedade civil para que possa efetuar a manutenção da subordinação do país aos países centrais, mantendo-se, enquanto a burguesia nacional, como associada menor do capital internacional e, assim, perpetuando a situação de dependência econômica estrutural que sacrifica a nação em nome de interesses particularistas e imediatistas.

Para Florestan a ideia de voltar à democracia “é uma balela”, na medida em que nunca houve de fato uma democracia no Brasil, uma democracia efetiva implantada de baixo para cima como desdobramento das lutas intestinas de uma sociedade civil:

Isso de dizer ‘vamos voltar à democracia’, como muitos fazem, é uma balela. Antes, não havia uma democracia na qual as classes trabalhadoras tivessem peso e voz, que agora são reivindicados. Esta foi uma alteração substancial. Há o início de um processo. É por isso que afirmo que as eleições diretas não serão um ‘abra-te sésamo’. Não resolverão tudo. Nós vamos criar condições para que as soluções apareçam e soluções que nunca foram utilizadas”. (*Ib.*, 1986, pp. 188-189)

No mesmo sentido em que busca desmistificar a sociedade civil, deixa também claro que o sufrágio, como direito político, não é, por si, suficiente para uma integração automática, nem equivale, necessariamente, à “abolição das ‘prepotências’ e ‘injustiças’ arraigadas, por obra – ou seja, por conta e risco – dos oprimidos”. (*Ibidem*)

Seria necessário, para o autor, aproveitar esse início, esse “despertar” da classe trabalhadora que fez as Greves e que se preparava para um comício de mais de um milhão de pessoas, para romper com a subordinação desta classe, abrindo um espaço que incluísse sua efetiva participação econômica, política e social.

Um dia antes da votação das eleições diretas escreveu: “Toda a oposição sabe perfeitamente que a emenda só é decisiva para o Congresso e que ela não arromba as portas que já estão abertas”. Ou seja, se a emenda fosse derrotada, para Florestan, “ela cumpriu o seu fim e quem perdeu a oportunidade política terá sido o ‘Planalto’, com o seu partido vassalo, o PDS, e as chamadas ‘forças da ultradireita’”; por outro lado, “se for aprovada, o Congresso terá correspondido à pressão popular e avançado no sentido de afirmar-se como um poder respeitável e independente” e não se deveria “menosprezar o que a aprovação da emenda representa como união das reivindicações das lutas travadas em conjunto pela massa mais ativa da população e a ‘classe política’”. (*Ibid.*, p. 184)

O que havia de mais importante no movimento das *Diretas Já* era a participação popular. Obviamente que a resolução na Câmara tinha uma importância política, porém, esse não deveria ser o ponto principal do processo, mas sim o “imenso confronto de massa popular que a ditadura acabou desencadeando contra si mesma [...] o desencadeamento popular da revolução democrática”. (*Ibid.*, p. 186)

A avaliação de Florestan sobre a não aprovação da emenda Dante de Oliveira só chegará efetivamente no dia 5 do mês seguinte, em um artigo fundamental sobre o tema, e no qual o autor rejeita uma interpretação de derrota do povo que foi às ruas. A derrota para ele é, sobretudo, parlamentar: “em troca de uma ‘derrota parlamen-

tar’ ganhamos um exército pronto para o combate político”, afirma. Afinal, a ditadura havia sido batida “dentro do campo da ordem ilegal que ela forjou”. (*Ibid.*, p. 179)

Impõe-se assim, a separação entre o processo político levado a cabo na Câmara e a massa que se mobilizou. Na Câmara, a votação clarificou, segundo o autor, “como a ordem ilegal ditatorial passa por dentro dos partidos e do Congresso Nacional, neste momento de crise aguda da República institucional”. (*Ibid.*, p. 180)

Como já destacamos anteriormente, a emenda foi importante ao permitir o ataque de flanco já que o medo impedia um ataque frontal e forçou que os partidos saíssem do imobilismo, também, nesse sentido, sai vitoriosa. Para o autor, o novo momento exigiria, portanto, uma nova equalização das forças políticas, na qual os adversários de uma revolução política, “os donos do sistema”, tentarão negociar uma emenda que lhes permita continuar no poder e, por outro lado, “os representantes mais articulados da grande burguesia nacional e estrangeira aspiram a uma ‘conciliação nacional’ que aliará os ‘pombos do regime’ aos políticos ‘esclarecidos’ e ‘éticos’ do PMDB e do PDS, numa marcha-à-ré impossível à década de 1950”. (*Ibidem*)

Neste jogo de previsões dos desdobramentos finais para a “nova República”, Florestan compreende que naquele ponto, “as massas que deram peso e voz a partidos enquadrados e ventríloquos [...] não suportarão qualquer recuo, ambiguidade e, em particular, qualquer coisa que pareça traição política”; porém, nem bem completados três meses da publicação destas afirmações, o sociólogo pinta um quadro bem mais opaco em relação ao futuro da luta na “nova República”:

O Brasil passou rapidamente da situação histórica de um país no qual parecia que tudo pode acontecer para outro no qual prevalece um apodrecimento conjuntural. A ordem ilegal forjada pela ditadura não foi estilhaçada. Ao contrário, está sendo brilhantemente conduzida a um impasse artificial, pela colaboração dos principais talentos políticos do governo do PMDB e do PDS. Desse impasse, um acordo de cavalheiros permitirá – se não houver riscos aos interesses burgueses e se se calarem os “radicalismos” – repescar a transição gradual, pacífica e segura que esteve no cronograma político-militar dos dois últimos governos. É fabuloso! (*Ib.*, 1986, p. 163)

“Fabulosa” é também a maneira como as alternativas ficaram nas mãos do regime em liquidação, caminhando para uma aliança-liberal que geraria, na compreensão de Florestan, “um penoso recomeço das classes possuidoras, de suas elites políticas e das ‘forças revolucionárias’ da grande burguesia”. Afinal, foi possível, sim, dar marcha-à-ré, e para além dos anos 50: “uma ‘aliança liberal’ poderia ter sentido em 1930. Hoje é uma irrisão, um salto para trás de meio século”. (*Ibid.*, pp. 164-165)

Nesse momento, inaugura-se uma nova fase do processo da “abertura”, em que “às esperanças das grandes manifestações cívicas, sucedeu-se um apagado e desalentador quadro político”. (*Ib.*, 1986, p. 150) No final das contas, a ditadura poderia ter perdido batalhas, mas, no geral, sai vitoriosa: conseguindo bloquear o desenvolvimento de uma democracia autêntica, dos de baixo, contando com uma oposição que descobriu “os meios para tornar o bloqueio uma manobra encoberta de defesa da ordem e, ao mesmo tempo, rerepresentar-se como a única saída possível”. (*Ibid.*, p. 149)

É, desta forma, arquitetada a “nova República”, através de um acordo que busca evitar o que o então deputado Ulisses Guimarães declarou: “as convulsões sociais estão aí”. Florestan lembrará várias vezes esta fala de Ulisses, a quem apelidou de “mister Diretas já”: “era a resposta da insatisfação popular ao regime; ou tomavam uma iniciativa rápida para restabelecer o equilíbrio ou se defrontariam com a rebelião”. (*Ib.*, 1994, p. 128)

O episódio configura-se, uma vez mais, como a manutenção da contrarrevolução, um continuísmo “na esperança de que da costela da ditadura nasça o seu complemento político, a apregoada ‘democracia pela qual sempre ansiamos’” (*Ib.*, 1982, p. 8): “Nada de revolução democrática de conteúdo proletário e de base popular. Se o controle burguês do Estado colide com a revolução democrática, pior para a democracia... Pois a ditadura militar não é a única via de preservação ou reciclagem da autocracia burguesa”. (*Ib.*, 1986, p. 165)

A ditadura conseguiu, assim, dar um passo importante para a realização da grande façanha de “atravessar a tormenta sem perder a capacidade de usar o Estado para fins privados e com a certeza de que uma nova política econômica autodefensiva poderá ser garantida *apesar de tudo*”. (*Ib.*, 1989, p. 81, grifo do autor)

A transação

Uma vez desbaratada as eleições diretas era necessário que o Sistema desse continuidade à abertura “gradual e segura”. Assim, seria realizada a troca do governo militar para o civil através de uma eleição indireta, por um Colégio Eleitoral: realizar-se-ia uma nova constituição durante este governo indireto, para assim *ceder* o direito ao sufrágio universal.

Para os militares, atender às Diretas em 1984, ou seja, dobrar-se à vontade popular, era algo impossível devido à presença de um “fantasma” de 1964: O governador Leonel Brizola.

A estratégia dos militares foi, então, a de apresentar, através do deputado Marchezan, uma emenda para desarticular a emenda Dante de Oliveira e rachar a esquerda, transferindo as eleições diretas para 1989 e dando tempo para que os partidos se organizassem para o pleito.

Inaugura-se, assim, a fase central do processo de institucionalização da contrarrevolução; é o chamado pacto político “oferecido pela Aliança Democrática, pela ‘Nova República’ e sacramentado por Tancredo Neves”, em que os trabalhadores deixam de ser parte do processo e acabam se tornando objeto de barganha política. Procedimento que “visava salvar o capital de uma catástrofe econômica e a ordem política de uma comoção violenta, de consequências imprevisíveis”. (1986, p. 27)

É a efetivação da possibilidade mais antidemocrática que Florestan tratava de alardear durante todo processo de distensão e abertura:

O que existe de mais parecido com o regime de ditadura – que não foi batido e liquidado, mas incorporado a um pseudo-“Estado de direito”, construído a quatro mãos por chefes militares, líderes políticos conservadores, partidos da ordem e o grande capital nacional estrangeiro – é a “Nova República”. (*Ib.*, 1989, p. 44)

Em outras palavras, “não existe democracia, porém palavrório democratizante”, uma vez que “os de cima não podem oferecer aos de baixo aquilo que eles sequer logram dividir entre si”. É com o início da *nova República* “que tivemos a mais clara definição política das improbabilidades da democracia”. (*Ib.*, 1986, p. 27)

Através do Colégio Eleitoral, desenvolveu-se um pacto conservador “que o jornalista Jânio de Freitas chamou ‘pacto transado’ – houve uma transação em torno do pacto”. Pacto que reuniu amigos e inimigos, e no qual “uma parte da ditadura, através dos chefes militares que eram ditos civilizados”. (*Ib.*, 1986b, s/p)

Deste pacto transado nasce, segundo o autor, um governo enfermo e que não teve seu presidente eleito e, segundo Florestan, para sorte do próprio Tancredo Neves: “ele faleceu antes de ter que enfrentar essa composição que ele engendrou e nós nos vemos dentro de um regime que se proclama democrático, mas que abriga em seu seio um dispositivo militar que toma decisões capitais, inclusive sem máscaras, sem nenhuma mistificação ou ocultação”. (*Ibidem*)

Os meios de comunicação de massa, em especial a televisão, após anos de censura imposta e de autocensura, passaram, durante toda a ditadura e em especial no período da abertura, a ocupar cada vez mais espaço nas tomadas de decisões políticas. O processo da eleição de Tancredo Neves serve, para o sociólogo, como exemplo de que, através dos meios de comunicação de massa, se desenvolve “uma farsa para legitimar a eleição através do colégio eleitoral”, montando-se um “processo de

campanha política paralela” que legitima “em termos de atividade de massa uma candidatura que foi escolhida por meio escuros”. (*Ibidem*)

Tancredo Neves encarnava, para Florestan, a representação do pacto conservador; tendo, a seu ver, “uma margem de manobra e de liberdade política que nenhum outro governo brasileiro desfrutou”, porém, tal margem de manobra, baseada em compromissos de múltiplas direções, era, por esse mesmo motivo, limitadora, uma vez que um passo em falso criaria “problemas políticos”. (*Ibidem*)

O político mineiro havia participado marginalmente nas mobilizações pelas eleições diretas, “seu ‘realismo’ político e sua tradição de político conciliador o haviam deixado à margem de uma campanha que julgava impraticável, pela dificuldade de obtenção de 2/3 no Congresso”. O novo presidente surgia como o homem certo para estar à testa uma “rendição pacífica”. (*Ib.*, 1986, p. 41) Tratava-se de “um político conservador, muito hábil, que soube tecer o caminho até o poder, usando as armas que os adversários puseram ao alcance de suas mãos”. (*Ib.*, 1989, p. 163)

Mas, dentre as qualidades pessoais interessantes para a burguesia, Florestan levanta a possibilidade de sua grave doença ser a mais atrativa, pois seu eventual substituto seria José Sarney. Este único fato, a escolha de Sarney para ser o eventual substituto, já era, em si, uma escolha clara, uma vez que ele “havia ocupado vários cargos sob a ditadura, tem uma biografia conhecida demais para que se possa ter ilusões a seu respeito e merece o qualificativo que eu costumo aplicar à figura dele, que é o de grão-vizir da ditadura”. (*Ib.*, 1994, pp. 134-135)

Foi justamente José Sarney que se tornou “o presidente político da transição e, portanto, o principal instrumento de colaboração do setor civil com o setor militar. Era uma composição perfeita para que a transição caminhasse devagar”. (*Ibid.*, p. 135) Esta “continuidade natural entre o atual governo [Sarney] e os governos anteriores” era, em termos históricos, o “pior caminho”; pois retirava “do povo, da massa popular e das várias forças que se organizaram ao longo desses vinte e um anos a capacidade de abrir para o Brasil uma saída de imediato mais ampla”. (*Ibid.*, p. 164)

Cria-se uma realidade dramática, “que resultou de um movimento extraordinário, um dos movimentos mais belos na história do Brasil”: passa-se de um alvo grandioso para um resultado melancólico, devido à “iniciativa das elites das classes dominantes”. (*Ib.*, 1986b, s/p)

O pacto transado fechava, assim, a possibilidade de uma ruptura levada à frente via as amplas manifestações que começaram a ser retomadas a partir das greves do ABC. Formalizou o fim da “abertura democrática” e o nascimento da “nova República”, coroada pela figura de José Sarney.

Não se tratava do “fim da história”, mas, do Pacto em diante há progressivamente uma acomodação da radicalidade do processo que envolve as massas e para efetivar uma ruptura com a “ordem ilegal”. A situação política “se alterou rapidamente para ajustar-se ao quadro atual das relações e conflitos de classes (pois cessaram muitas interferências inibidoras e “constrangimentos” paralisadores, impostos artificialmente pela ditadura)”. (*Ib.*, 1986, p. 64)

Dentro deste quadro, o comportamento e estratégias das organizações, incluindo sindicatos e partidos, arrastaram-se “com evidente timidez, como se os avanços realizados fossem automáticos e não exigissem correções profundas de rotas preestabelecidas, eliminação de dogmatismos esdrúxulos e ultrapassagem de técnicas superadas de atuação política”. Foi “somente a extrema-direita” quem manteve aceso “o seu facho”, uma vez que conservou “muitas posições vantajosas para tentar a reconquista do poder”. Este pacto político dá corpo a um quadro confuso e anêmico “no qual não se chega a dar um passo à frente e já se deu dois passos atrás”. (*Ibid.*, p. 65)

Para nosso autor, a sociedade civil ficou perplexa, uma vez que o alvo político que almejavam as organizações e forças sociais – ou seja, a derrocada da ditadura – esfumou-se, dificultando assim, os “ataques aos alvos construtivos de uma revolução democrática de forte conteúdo proletário e popular”. (*Ibidem*)

Ao realizar tal balanço, declara que “os marcos de referência da luta de classes e, por conseguinte, da luta política se deslocaram substancialmente”. A nova quadra histórica traz em seu bojo “as transformações silenciosas da estrutura da economia e da sociedade civil”; entram em cena “novas forças sociais e novas exigências de luta política organizada”. O que não significava a garantia de que as classes dominantes conseguiriam conduzir este novo processo da forma que lhes apetecesse, mas era necessário que as “forças da esquerda” se readequassem a este novo panorama “antes de manter compromissos dúplices, de fugir a alianças de classes corretas ou de cultivar uma tradição pseudopopulista, a qual converte as classes trabalhadoras do campo e das cidades em cauda política da burguesia”. (*Ibidem*)

Se até aquele momento “o regime ditatorial concedeu (sem o querer) amplo campo ao florescimento e à eficácia do espontaneísmo, das ações improvisadas e mais ou menos desordenadas pelas quais os de baixo abriram os espaços que foram conquistados”, o novo momento que se inaugurava exigiria mais das organizações de esquerda. Naquele momento, a burguesia voltava à cena com maior dinamismo

e uma capacidade de cooptação generalizada que são, em si mesmos, mais perigosos para o movimento sindical e proletário que as ameaças da extrema-direita, os rumores de um

novo golpe, o imobilismo do governo, a traição do PMDB e do PFL ao “programa tancredista”, o envolvimento do presidente José Sarney e de outros políticos “liberais” na criação de um forte partido de centro-direita, etc. (*Ib.*, 1986, p. 66)

Cumpria, agora, que as “forças da esquerda” evitassem o que “os de cima” pretendiam e estavam conseguindo fazer: “colocar na praça seu velho produto, a ‘democracia à brasileira’”. Estava em jogo “vencer o ‘legalismo’, banir o aburguesamento do movimento político do proletariado nas cidades e no campo”. Cumpria estabelecer uma democracia aos “proletários e os humildes” que lhes garantissem “a liberdade maior de ser gente, de ter peso e voz na sociedade civil, de exercer controles sociais diretos e indiretos sobre a composição e o rendimento do Estado”. (*Ibid.* 67)

Considerações Finais

Ao contrário do que possa parecer, a posição de Florestan não nega que houve avanços, mas afirma que tais avanços não ultrapassam “os limites que ele poderia ter atingido por outras vias, mais construtivas para uma verdadeira transformação democrática da sociedade brasileira”. (*Ib.*, 1989, p. 164)

A ditadura, ao efetuar o golpe, havia unificado a burguesia, enquanto as pressões populares, juntamente com a crise econômica provocada pelo fim do “milagre”, levaram à quebra desta unidade. Ao realizar a estratégia de manipulação partidária, a ditadura se desloca estrategicamente para uma retaguarda bastante saliente e arma, via pacto, uma recomposição de forças. Esse recuo da ditadura foi um avanço para a esquerda, pois “um governo nascido de uma composição de forças não tem as mesmas facilidades e autodeterminação que o regime que resultava de uma ditadura militar”. (*Ib.*, 1986, p. 93)

Por outro lado, considerava naquele momento histórico que, levando em conta os processos da classe trabalhadora durante o Estado Novo que criou “um padrão burguês de paz social” e “que instaurou o sindicalismo pelego, ligado ao Estado”, e a ditadura de 1964 – na qual “as classes trabalhadoras foram privadas de meios de autoemancipação coletiva que pudessem organizar as suas lutas” – houve um avanço concreto da perspectiva da esquerda durante os últimos anos, principalmente no que diz respeito à “renovação que se deu no movimento sindical” e à “tentativa de criar mecanismos capazes de unificar a ação dos sindicatos”. (*Ib.*, 1986, 68)

O problema é que, apesar do avanço da classe trabalhadora ser considerável, “ele desemboca no vazio porque neste momento as classes dominantes podem ocupar todo o seu quadro de dominação institucional e as classes trabalhadoras possuem ainda meios fracos de autoafirmação”. (*Ibid.*, p. 94)

O fato é que, ao levar a transição do regime para a via parlamentar, as classes burguesas levam muitas vantagens relativas: “quer dizer, os meios de autoemancipação da classe trabalhadora têm de ser criados agora, nestas condições”. Frente a isso, as classes burguesas ficam inseguras, mas possuem a sombra dos militares para casos de urgência e o problema principal que se desenha é que, “por sua vez, as classes trabalhadoras não estão avançando com ritmos muito intensos, em uma velocidade compatível com as exigências da situação. É uma velocidade pequena em relação ao seu potencial exatamente pela carência de instrumentos institucionais”.(Ibidem)

Sob a ditadura, os partidos de identidade operária estavam com seus campos de ação limitados e, em muitos casos, – por exemplo, no caso do PCB e do PCdoB – “mais preocupados com a conquista da legalidade e ainda presos a um esquema, por causa deste objetivo, de colaboração de classes”. Em relação ao PT, naquele momento, Florestan afirmava que ele não tinha definido “claramente qual é o eixo principal de sua esfera política, qual é o socialismo do PT”.(Ibid., p. 95)

O desdobramento político que a situação de então, com o surgimento de outros partidos e a luta entre eles, poderia favorecer o fortalecimento da classe proletária; assim, “estes partidos têm de atentar agora para a natureza da situação: o que eles devem fazer não segundo a estratégia do poder burguês mas a partir de uma perspectiva proletária”. A previsão do autor era de que a “competição partidária” iria “naturalmente compelir estes partidos a uma proletarização de seu horizonte político, vai obrigá-los a se desprenderem ou de uma visão de cauda política da burguesia ou então de uma versão empobrecida de socialdemocracia”.(Ibidem)

Recebido em fevereiro de 2013; aprovado em maio de 2013.

Referências Bibliográficas:

- FERNANDES, Florestan. *A ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.
- _____. O significado das eleições. Manuscrito. 08 dez. 1982. *Colesp-UFSCar* – Fundo Florestan Fernandes. 1982b.
- _____. A ditadura em questão (1982). In: *Em Tempo*, 23 mar. 1982. *Colesp-UFSCar* – Fundo Florestan Fernandes. 1982c.
- _____. *Que tipo de República?* São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. Palestra de Lançamento da Campanha de 1986 na Fundação Santo André. Em . Acervo particular prof. Antônio Rago Filho, 1986b.
- _____. Nós e o marxismo. In: CHASIN, J. (org.) *Cadernos ensaio: Marx hoje*. São Paulo: Ensaio, 1987.

_____. *A constituição Inacabada: Vias Históricas e Significado Político*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

_____. *Democracia e desenvolvimento: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da Era Atual*. São Paulo: Hucitec, 1994.